



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

DESAFIOS PARA A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Luciana Sousa Alves¹

Resumo: Este artigo é oriundo da pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que objetivou demonstrar a relevância da supervisão do estágio no processo de formação profissional do Assistente Social, através de um aprendizado crítico acerca da realidade social em consonância com o Projeto Ético-Político da Profissão.

Palavras-Chave: Formação Profissional. Estágio. Supervisão.

Abstract: This article is derived from the bibliographic research carried out for the elaboration of the study of completion of course (CBT) of the State University of Paraíba (UEPB), which aimed to demonstrate the relevance of the supervision of the internship in the process of vocational training Social worker, through a critical learning about the social reality in line with the ethical-political project of the profession.

Keywords: vocational training. Stage. Supervision.

1. INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) junto à Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) traz à tona a discussão sobre o processo de Formação Profissional e a importância dos Estágios nas Instituições, sejam elas na modalidade obrigatória ou não-obrigatória, e como estão sendo realizadas a Supervisão Direta e o acompanhamento das Unidades de Formação Acadêmica – UFAs nesse contexto.

Lewgoy (2013) afirma que, o processo de contrarreforma do Estado e os atuais impactos na Educação Superior e a massiva precarização do trabalho docente, influenciam no processo de supervisão do estágio, como também na atuação e formação profissional do Assistente Social. Diante disso, buscamos abordar, a priori, uma reflexão acerca do surgimento da profissão no Brasil, diante da expansão do monopólio do capital que elevaram as expressões da questão social, exigindo do Estado a necessidade de contratação de agentes sociais e a implementação de sistemas de proteção social que amenizassem a revolta da classe trabalhadora. E por fim, demonstramos os desafios na contemporaneidade para o Assistente Social no âmbito da Supervisão de Estágio e a grande relevância dessa conjuntura para o viés formativo da profissão.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <lucianasalves2016@hotmail.com>.

2. A IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: uma abordagem introdutória

2.1. Resistência e transformação profissional: desafios para o processo de formação

Entender a “tentativa” de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, sua resistência, transformação e inserção na divisão social e técnica do trabalho, requer uma análise aprofundada da instituição do sistema capitalista no Brasil e sua relação com o Estado diante das refrações da “questão social”. No entanto, buscaremos debater de forma condensada para melhor entendimento da temática proposta, a instauração do capitalismo tardio no Brasil, a importância da República Velha no processo de consolidação do capital e, conseqüentemente, a expansão das expressões da questão social até o fortalecimento do Serviço Social brasileiro.

O sistema capitalista se instaura no Brasil de forma tardia, marcado pela expansão do processo de acumulação, contrapondo-se ao sistema de produção agrícola existente, com suas bases sociais direcionadas para a escravidão e serventia. A atividade agrícola era considerada como a atividade econômica fundamental para o desenvolvimento do país, através da venda do açúcar, algodão e do tabaco. Com o surgimento da produção cafeeira, vista como uma alternativa necessária para expansão comercial brasileira em meados do século XVIII, algumas marcas significativas tanto para a economia quanto para o viés político e social foram estabelecidas, a exemplo da divisão social de classes proveniente da monopolização dessa produção nas mãos do latifúndio.

Com o reconhecimento internacional da independência, a Inglaterra se destaca como o País de grande interesse na consolidação do novo mercado e a quem o Brasil recorre, pela primeira vez, para contrair empréstimos destinado a indenizar a Coroa portuguesa pela perda da Colônia, sendo, o Brasil pressionado pela Inglaterra para abolir o tráfico de escravos, “posto que a reposição de escravos acontecia, maciçamente, por essa via, dadas as precárias condições de sobrevivência e reprodução dos africanos como escravos.” (SANTOS, 2012, p. 61).

A implementação da República Velha no Brasil entre os anos de 1889 até 1930, é o período de destaque para a consolidação do capitalismo brasileiro, pois instituirá o trabalho assalariado eliminando o caráter escravocrata na nação. Esse período é marcado pelo auge do modelo econômico agroexportador com base no café e na produção da borracha. Assim, as expressões da questão social já adensadas na sociedade brasileira, devido a escravidão e a imigração dos operários que “amontoavam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectadas, sendo muito frequente a carência - ou

mesmo falta absoluta - de água, esgoto e luz” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 129), expandiam-se, provocando uma “revolta popular” diante das condições sub-humanas que perpassavam na época. Conforme idem (2009), as mulheres e crianças maiores de cinco anos, em busca de melhorar a renda familiar, foram subjugadas à exploração, com os valores dos salários miseráveis, tendendo a trabalhar nas mesmas proporções que os demais operários do sexo masculino. Diante dessas condições, a classe operária percebeu a necessidade de uma articulação e manifestação por melhores condições de sobrevivência, proporcionando o surgimento das Ligas Operárias², que lutavam pelos interesses comuns dos trabalhadores.

Para Santos (2007) a expansão da questão social tendeu a tomar formas cada vez mais complicadas e isoladas, afetando toda a vida social da classe trabalhadora no mesmo lapso temporal de desenvolvimento do capitalismo monopolista, dando a possibilidade de setorializar as manifestações da questão social, em políticas sociais, emergentes do período através do Estado, que via a urgência de contratar agentes sociais que amenizassem junto aos espaços ocupacionais os atendimentos à população trabalhadora e as exigências da burguesia.

Em meio a essa conjuntura, o Serviço Social ficou conhecido com essa nomenclatura a partir do século XX, compreendendo a sua gênese baseada na prática do conservadorismo³, na perspectiva da ajuda, da caridade, da beneficência e da filantropia, permeada pela doutrina social da Igreja católica. A partir de 1940, os Assistentes Sociais começaram a se reunir através dos Congressos de Serviço Social contando, também, com a institucionalização da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS) e em 1946, que preocupava-se com a formação acadêmica, com a grade curricular dos cursos de Serviço Social, com as possibilidades de estágio e os momentos de luta da profissão. Atualmente, temos instituída a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que falaremos posteriormente.

Com a introdução do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, a categoria profissional passa a ter direito ao salário como retribuição da sua prática, contribuindo para legitimidade da profissão que estava em contato com a matriz positivista que, segundo Yazbek (2009, p. 5) “é caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista”, reiterando para a profissão o caminho do pensamento conservador.

² Para Iamamoto e Carvalho (2009) são formas de associações que darão origem às Sociedades de Resistência e aos Sindicatos dos Trabalhadores.

³ Como afirma Yazbek (2009, p. 3), essa é “a relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da ‘questão social’ como problema moral-religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo [...]”.

A partir de 1964, período que se inicia a Ditadura Militar no país, o Serviço Social passa pelo Movimento de Reconceituação⁴, devido a necessidade de ruptura com o Serviço Social tradicional e da viabilidade de uma mudança teórico-metodológica que possa fundamentar o processo de formação profissional do assistente social. A prática profissional nesse período ditatorial identificava-se com as práticas oriundas da gênese da profissão, caráter de subalternidade, de caridade e assistencialista, agindo como meros executores das políticas sociais, atendendo aos preceitos exigidos pela autocracia burguesa, com o intuito de manter a ordem social, ocorrendo em contrapartida, uma expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais, seja em instituições estatais ou privadas.

Diante disso, a profissão expande-se através da abertura de novas universidades que possuem em seu quadro acadêmico os cursos de Serviço Social e com isso contribuindo com a formação profissional. Essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a compreensão “das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pelas lutas de classes” (IAMAMOTO, 2004, p. 37), tornando possível para a categoria profissional a escolha por uma prerrogativa teórica, metodológica, operativa e crítica que atenda toda a sociedade, traduzido pela análise do real diante da conjuntura social exposta.

Em meados da década de 1970, o Serviço Social amplia-se criticamente através da instituição do Projeto Ético-Político da Profissão, confrontando-se com o conservadorismo e os desafios impostos pelas transformações societárias decorrentes da expansão da ofensiva neoliberal. Em 1979, foi realizado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais⁵ que ficou conhecido como o ‘Congresso da Virada’, que demarcou “parâmetros no movimento organizatório da categoria e assinalou o posicionamento ético-político calcado no compromisso com os setores populares” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995).

A partir de 1980, a categoria profissional passou a ter contato com a teoria social de Marx. Essa teoria apreende o ser social a partir das mediações e busca do Assistente Social uma análise além da aparência e superficialidade da realidade social, entendendo os acontecimentos sociais de forma crítica e não complacente com os ideais deliberados pela lógica do capital. Assim, os profissionais passaram a entender a realidade social em sua totalidade concreta, enxergando as causas e consequências que levaram às injustiças sociais e a ampliação das expressões da ‘questão social’ já existentes no país.

⁴ Conforme Yazbek (2009, p. 7), é importante assinalar que “é no âmbito do Movimento de Reconceituação [...], que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas a fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social”.

⁵Esse congresso tornou-se emblemático por ser o tempo de florescimento das possibilidades objetivas e subjetivas que permitiram às forças políticas do trabalho expressar suas lutas pela implementação do Estado de Direito após o nefasto período de vigência da ditadura militar no Brasil [...] (CFESS MANIFESTA, 2009).

A questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, Yamamoto (2000, p.27) “que tem uma raiz comum: [...] o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Esse contato com a teoria marxista colaborou com a evolução da categoria profissional diante das lutas de classes em conformidade com o Projeto Ético-Político da Profissão, influenciando no processo de formação e atuação profissional do Assistente Social. Dessa forma, buscaremos sistematizar o processo de formação profissional dos Assistentes Sociais na perspectiva brasileira a partir da década de 1980 até os dias atuais.

2.2. A perspectiva da Formação Profissional do Assistente Social: Supervisão e desafios

Entre os anos de 1980 e 1990, as ações da categoria profissional estavam direcionadas para a formação profissional, através da implementação da Reforma do Currículo Mínimo do Serviço Social pela ABESS em 1982, que via a necessidade de “discutir o direcionamento da formação profissional, enfatizando sua importância no desenvolvimento de uma prática consciente e consequente no interior das relações de classe na sociedade brasileira” (ABESS, 1984:108-109 apud PAULO NETTO, 1996:145), amparado pela teoria crítica de Marx que trouxe um sentido político-crítico para a profissão.

A Reforma do Currículo Mínimo é uma das expressões mais valorativas do processo de renovação do Serviço Social. Pois, reflete na organização ética, política e social da categoria, contribuindo com as discussões e deliberações acerca da formação profissional e da pesquisa, norteando um direcionamento na prática profissional dos assistentes sociais diante da realidade social vigente. Salienta-se a importância dessa ruptura com o conservadorismo inserido na profissão através da vinculação de ações voltadas para os interesses da classe trabalhadora.

Outra perspectiva de intenção ruptura com o Serviço Social Tradicional ocorreu em 1986 com a reformulação do Código de Ética que, “reafirma a dimensão política da prática profissional e avança eticamente no sentido de sua crítica aos valores universais tomados abstrata e a-historicamente nos códigos anteriores” (PAULO NETTO, 1996, p. 146), confirmando o processo teórico-político na construção de uma prática profissional subsidiada pela teoria crítica diante da realidade social e dos anseios da sociedade.

A partir de 1990, a categoria profissional se depara com a efervescência da ideologia neoliberal instituída no Governo Collor de Melo (1990-2002) passando pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) até os dias atuais, através das implementações de

medidas que favorecessem o mercado e contribuíssem com o desmonte dos direitos sociais enfatizados constitucionalmente em 1988. Dessa forma, a sociedade brasileira encontra-se diante do avanço das expressões da “questão social”, matéria-prima do trabalho profissional dos assistentes sociais. A categoria profissional se vê diante de uma dimensão histórica que,

expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, os quais são determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para outras formas de relação entre o público e o privado, o que opera alterações nas demandas profissionais. (PAULO NETTO, 1996, p. 156)

Diante disso, a sociedade burguesa busca consolidar-se através de um projeto hegemônico, com o intuito de dominação não só em seu aspecto econômico, como também, sociopolítico e cultural. Essa realidade propõe ao Brasil, uma elevação da pobreza, miséria, desemprego e da precarização das relações de trabalho, com uma nítida fragilidade dos movimentos e organizações sindicais, levando aos trabalhadores um caráter de luta em defesa dos direitos sociais, trabalhistas e políticos.

Em 1993, o Código de Ética Profissional do Assistente Social passa por outra atualização, consolidando o compromisso profissional com a sociedade e com os trabalhadores. Nesse mesmo período é instituída a Lei que Regulamenta a Profissão (8.662/93), dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras providências, contemplando a instituição da jornada semanal de 30 horas sem a redução do salário para a categoria; trazendo atribuições e competências privativas dos profissionais da área; competências do CFESS e do CRESS e penalidades.

O Código de Ética da Profissão de 1993 vem sofrendo alterações desde então, através das Resoluções CFESS, desde à Caracterização do Assistente Social como profissional da Saúde em 1999 (Resolução CFESS 383//99), passando pela Resolução CFESS 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, até a Resolução CFESS 594./2011 que, altera o Código de Ética do/a Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Dessa forma, percebe-se que a profissão gradativamente se atualiza na mesma proporção que a realidade concreta vem se modificando diante das transformações da sociedade.

Diante dessas transformações, no desenvolver da categoria, a dinâmica mais evidente para a formação profissional foi à consolidação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social em 1996 que perpassam pelos Pressupostos da Formação Profissional, Princípios e Diretrizes da Formação Profissional, Diretrizes Curriculares e a Nova Lógica Curricular. De acordo com a ABEPSS (1996, p. 5), os pressupostos da formação profissional compreende “a profissão como um processo, ou seja, ela se transforma ao transformarem-

se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve”, instituindo-se na revisão curricular através da dinâmica da realidade social, da qual, o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, que reflete no processo de trabalho dos assistentes sociais, contribuindo com um posicionamento frente à luta dos trabalhadores diante das contrarreformas do Estado.

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares são norteadas por oito princípios⁶ que influenciarão a formação profissional dos assistentes sociais, proporcionando uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa tanto para a apreensão crítica do processo histórico como totalidade quanto do exercício profissional “cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor” (ABEPSS, 1996, p. 7). Com o advento da ideologia neoliberal, o mercado passa a requerer um trabalhador polivalente, “com novas características técnicas e sóciointelectivas, capaz de atuar em diferentes funções ou postos de trabalho” (KOIKE, 2009, p.4). Essas exigências passam a atingir, conseqüentemente, a formação profissional e a educação - nível médio e superior -, passando nesse momento pelo contexto de mercantilização e financeirização, a partir da ampliação das unidades de ensino privado e a expansão das instituições de Ensino à distância (EAD).

A formação profissional em Serviço Social também é atingida por essa lógica mercantilista. Os estudantes das EADs no âmbito do estágio supervisionado estão nesse processo de precarização, como afirma Rocha (2015, p. 2), pois, “descumpre o estabelecido para o currículo mínimo da formação profissional, levando a uma formação despreparada para o enfrentamento das expressões da questão social”. Os estudantes das Universidades públicas são atingidos pela redução das aberturas de campo de estágios para o processo formativo, pois, além desse fundamento mercadológico da educação, deriva-se a aglomeração de estudantes entre instituições, pública e privada, os anseios em ocupar esses espaços de aprendizagem e prática profissional.

Nesse sentido, para que seja possível analisar o processo de formação profissional do assistente social, especificamente, a experiência do estágio na modalidade não-obrigatório em Serviço Social é preciso abordar a importância da Supervisão de Campo e

⁶ O rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional; Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. (ABEPSS, 1999, p. 3)

Supervisão Acadêmica na construção do saber profissional em Serviço Social, da qual se encontram na historicidade social da profissão, pois, transparece no seu processo de construção, a realidade concreta diante dos desafios impostos pela acumulação do capital no enfrentamento da questão social e na fragmentação das políticas sociais, que afetam diretamente a classe trabalhadora, inclusive, o assistente social.

A Supervisão em Serviço Social⁷ é caracterizada de acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, como Supervisão de Campo e Supervisão Acadêmica que, nem sempre a Supervisão em Serviço Social possuía um caráter crítico, como afirma Lewgoy (2010, p. 67) a “aprendizagem ocorria na ação e no trabalho de campo, sendo significativa a concepção de ‘aprender fazendo’”, denotando, uma característica à educação totalmente pragmática, tecnicista e superficial, não trazendo o enredo necessário para entender a realidade das classes sociais.

A partir de 1940, com o surgimento dos diversos espaços socioocupacionais para o trabalho do Assistente Social, essas características começaram a esvaecer dando legitimidade à profissão. Nesse momento dois pontos importantes para o Serviço Social se realizou:

de uma parte, as alterações no âmbito do Estado e, de outra, a adaptação da formação técnica especializada às organizações que prestam serviços sociais, o que exigiu novas formas de execução do trabalho do assistente social, bem como novos instrumentos de trabalho. (LEWGOY, 2010, p. 71)

A realização das primeiras supervisões de estágios no Brasil ocorreram em 1948.⁸A importância da Supervisão em Serviço Social se concretiza a partir da sua regulamentação na Lei 8.662/93, que declara ser atribuição privativa do assistente social, “[...], VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; [...]”, tornando-se instrução necessária para a formação profissional, alicerçado pelas Diretrizes Curriculares no processo de construção crítica da realidade social. Necessariamente, a Supervisão do Estágio é realizada com o apoio do Supervisor Acadêmico e Supervisor de Campo, tendo a obrigatoriedade de encontros periódicos para que se possa alinhar o

⁷ Aos(às) supervisores(as) acadêmicos(as) compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão. (ABEPSS, 2010, p. 19-20)

⁸ De acordo com Lewgoy (2010, p. 99) foi realizado um Curso pelo Instituto Social, para dez assistentes sociais, com duração de dez dias, ministrado pela assistente social Josephina R. Albano.

processo de estágio⁹, qualificando-o em um processo de aprendizagem discente, visando à construção a partir do conhecimento e competências de acordo com o Projeto Ético-Político e o Código de Ética da Profissão.

O estágio não-obrigatório, por ser uma modalidade optativa que integra o componente curricular de formação profissional, notoriamente, difere-se do estágio supervisionado obrigatório, não em sua forma de orientar o estagiário acerca das atividades inerentes ao Serviço Social, mas pelo fato da lógica capitalista de transferir a responsabilidade da bolsa-estágio oferecida pela instituição à forma de subsidiar os custos com a Universidade. Esse contexto, contribui com a lógica do estudante-trabalhador, que em alguns casos pela falta de supervisão direta, sofrem alguns abusos por parte dos profissionais da entidade mantenedora do estágio, o que leva o estagiário, muitas vezes, “ao ativismo ou a afirmativa de que ‘na prática a teoria é outra’” (RIBEIRO, 2013, p. 84).

O estagiário ao entrar no campo de estágio tem a possibilidade de enfrentar algumas ações, das quais, podem fazê-lo pensar que, a dicotomia teoria/prática são ações diferenciadas do cotidiano profissional, a exemplo, do desvio de função imputado ao estagiário durante o processo de permanência na instituição contrapondo-se às atribuições estabelecidas nos atos normativos que subsidiam a profissão.

A contribuição da instituição para a formação profissional do assistente social só terá caráter notório se o Supervisor de Campo estiver disposto a desenvolver suas atribuições¹⁰ e função pedagógica de acordo com o Projeto Ético-Político da Profissão. No desenvolvimento desse processo, alguns desafios relacionados ao estágio não-obrigatório devem ser enaltecidos para que se tenha um maior entendimento das possibilidades e limitações que o Campo de Estágio e o profissional de Serviço Social podem oferecer e contribuir para uma formação crítica e de qualidade.

⁹ Esse processo político-pedagógico constitui-se num momento importante e de atenção às questões conjunturais que complexificam e dificultam esta etapa da formação profissional, tais como: a precarização nos campos de estágio e nas instituições de ensino, pela deficiência de recursos materiais, físicos e humanos, a bolsa estágio que não condiz com a realidade de estudantes trabalhadores, a massificação do processo de supervisão acadêmica pelo número excessivo de estudantes, dentre outros. (CFESS, 2010, p.32).

¹⁰ Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário; - Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio; - Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a); -Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), com os(as) estagiários(as), entre outros.

Um dos desafios é o dever dos supervisores de estágio, no exercício de sua função pedagógica, buscar o estreitamento da relação com a sala de aula, “conhecendo o currículo pleno da unidade de ensino do seu estagiário, assim como o programa da sua disciplina de estágio” (ORTIZ, 2013, p. 25). E com isso, proporcionando ao estagiário maior conhecimento voltado para o campo de estágio em consonância com a disciplina curricular acadêmica, ressaltando a relevância dessa paridade teórico-metodológica promovida pelo Supervisor de campo e o Supervisor acadêmico. Abordamos outro desafio, a criação de um Plano de Estágio que deve ser elaborado entre o Supervisor de Campo. O Supervisor Acadêmico e o Estagiário de Serviço Social, do qual, seu conteúdo constará com a elaboração das atribuições do estagiário, horários estabelecidos entre o acesso à literatura que aborde de forma crítica o processo de formação profissional e a prática supervisionada no campo de estágio.

Nessa compreensão de ensino-aprendizagem, ressalta-se a importância da atuação profissional do Supervisor Acadêmico que abordará de forma precisa a discussão voltada para o ensino acadêmico no desenvolver da formação diante do espaço socioocupacional que o estudante/estagiário está inserido. A Supervisão Acadêmica,

compreende o processo de ensino-aprendizagem que se estabelece na relação do professor com o aluno, a partir da atividade cotidiana do estágio, mediante uma dada programação que vise ao reconhecimento do Serviço Social e a realidade da prática profissional na sua relação com a demanda, com a instituição e com a realidade social. (LEWGOY, 2010, p. 99)

O Supervisor Acadêmico através de suas atribuições intermediar entre os sujeitos do processo de estágio, Estagiário, Supervisor de Campo/Instituição e a si, uma melhor articulação conjunta das UFAs e instituições propulsoras de estágios. O contexto do trabalho do Supervisor acadêmico perpassa por um Planejamento de Supervisão, que abrange: a visita do campo de estágio quinzenal ou semestral, de acordo com a necessidade do estágio; elaboração de atividades de observação da atuação profissional; avaliações sistemáticas do aluno/estagiário; orientações para leituras específicas a respeito das atribuições profissionais no Campo de estágio; discussões conjuntas acerca da Ética em Serviço Social no campo de estágio. É interessante ressaltar que, tanto a Supervisão Acadêmica quanto a Supervisão de Campo em Serviço Social são atribuições privativas¹¹ do Assistente Social, não podendo o aluno/estagiário ser supervisionado por outro profissional ou está inserido no campo de estágio sem a devida supervisão. Dessa forma, é notório e preciso que haja uma articulação com essa tríade, Estagiário, Supervisor Acadêmico e Supervisor de Campo, para que se obtenha uma formação profissional crítica em conformidade com o Projeto Ético-Político da Profissão.

¹¹ Ver Resolução CFESS n° 533/2008, que trata da Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a instauração do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, diante da necessidade de profissionais que articule junto a sociedade a elaboração e implementação de políticas sociais que possam viabilizar um maior acesso aos direitos sociais àquelas pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente das sequelas da questão social proveniente da expansão do capital. Nesse contexto, o Assistente Social diante das demandas expostas na instituição para o atendimento dos usuários dos serviços e políticas sociais, buscam analisar a realidade social, através das várias dimensões que permeiam a formação e a prática profissional. Logo, o Assistente Social, em sua atribuição privativa de supervisionar o estudante/estagiário academicamente e na instituição propulsora de estágio, imprime um viés crítico, utilizando-se das dimensões técnico-operativa, teórico-prática e ético-política, direcionada para a continuidade da legitimação da profissão.

O estágio em Serviço Social é calcado na Política Nacional de Estágio da ABEPSS que trata diretamente da relação Estagiário x Supervisor de Campo x Supervisor Acadêmico com as modalidades de estágios proporcionadas para a formação profissional: Estágio Obrigatório e Estágio Não-obrigatório. Sendo assim, o estágio em Serviço Social deve proporcionar um aprendizado formativo em consonância com o Projeto Ético-Político da Profissão, assegurando ao estudante/estagiário uma análise acerca da realidade social diante da produção e reprodução das relações sociais diante das transformações societárias provenientes das contrarreformas e da ofensiva neoliberal que as políticas sociais, trazendo para a classe trabalhadora e para a sociedade regressões dos seus direitos sociais e trabalhistas.

4. REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br> . Acesso em: 15/06/2019
- _____. Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 15/06/2019
- _____. **Proposta de Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996**. Disponível em: www.abepss.org.br. Acesso em 15/06/2019
- ABRAMIDES, Maria Beatriz C; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

- BRASIL. **Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- _____. **Lei 8662, de 7 de Junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social, com alteração introduzida pela Lei nº 12.317, de 26 de Agosto de 2010.
- _____. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Texto aprovado em 13/03/1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994, 293/1994, 333/1996, 594/2011.
- CFESS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, Mai/2010.
- _____. Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 anos em defesa da humanidade. In: **CFESS Manifesta**. 2009. Disponível em: www.cfess.org.br
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. ed. 29. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. Os espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais. In **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. 1. Ed. Brasília: UNB, 2009.
- _____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. Ed. 7. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- KOIKE, Maria Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. 1. Ed. Brasília: UNB, 2009.
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O **estágio supervisionado em Serviço Social: Desafios e estratégias para articulação entre formação e exercício profissional**. Rev. Temporalis. Brasília (DF), ano 13, nº 25, p. 63-90. Jan./Jun.2013.
- _____. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ORTIZ, Fatima Grave. Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. In: **Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.
- PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4ºed. São Paulo. Cortez, 2005.
- _____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. n 50. Ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996. p.

- RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. **O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.
- SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. 1.ed. Vol 6, São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. v. 132, São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção questões da nossa época).
- YAZBEK, Maria Carmelita. O Significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. 1. Ed. Brasília: UNB, 2009.